

As origens da social-democracia alemã e seu processo de unificação

*Joana El-Jaick Andrade**

Resumo

O final do século XIX foi marcado pela expansão e progressiva hegemonia do marxismo no interior do movimento operário europeu, destacando-se a influência exercida pela social-democracia alemã e sua significativa conversão em paradigma organizativo para os demais partidos social-democratas criados. Tal reorientação política da social-democracia, no entanto, não representou uma real unidade teórica e prática no âmbito do partido. Este artigo pretende traçar o percurso do movimento operário alemão em direção à constituição de formas de organização de classe autônomas e independentes, bem como analisar o complexo e contraditório processo de sua unificação partidária, sob a influência das idéias marxistas.

Palavras-chave: Social-democracia. Movimento operário. Marxismo.

Abstract

The end of the nineteenth century was marked by the expansion and progressive hegemony of the Marxism inside the European worker's movement, standing out the influence exercised by the German social democracy and its significant conversion in paradigm of organization for the other social democratic parties. Such political reorientation, however, didn't represent a real theoretical and practical unit in the extent of the party. This article intends to draw the course of the German labor movement towards the constitution of an autonomous and independent form of class organization, as well as to analyze the complex and contradictory process of its unification, under the influence of the Marxist ideas.

Keywords: Social democracy. Labor movement. Marxism.

* Mestre em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e doutoranda em Sociologia pela mesma instituição, com orientação do Prof. Dr. Ricardo Musse.

OS PRIMEIROS PASSOS DO MOVIMENTO OPERÁRIO NA ALEMANHA E A FORMAÇÃO DA SOCIAL-DEMOCRACIA

Em meados do século XIX, a Europa havia sido varrida por uma onda de revoltas populares. A crise econômica que assolou grande parte dos países nos anos de 1846 e 1847 provocou um alto índice de desemprego, a falta de alimento nas cidades, o aumento dos preços e a disseminação de inúmeras doenças entre a população, gerando um clima de intensa agitação e efervescência revolucionária entre as camadas médias e baixas da sociedade, influenciadas por uma vasta gama de ideais vinculados ao liberalismo, nacionalismo, humanismo, materialismo, racionalismo e socialismo.

As idéias socialistas e comunistas, no entanto, possuíam ainda uma tímida penetração nos círculos proletários, imbuídos fortemente de uma visão de mundo tradicional. O avanço das novas relações capitalistas, sobretudo nas cidades, e a tendência à dissolução dos códigos morais e princípios de classificação social baseados no nascimento e posição – também fundados em valores que prezavam o mérito, a realização e a honra pessoal – suscitaram uma crescente insatisfação popular vinculada a um apego e valorização do passado.

Deste modo, como nos apresenta Barrington Moore Jr. (1983), as mudanças introduzidas pelo capitalismo industrial, consubstanciadas no processo de “modernização conservadora”, produziram profundas transformações nas vidas e nos sentimentos dos trabalhadores comuns. A ruptura dos modos e estilos de vida tradicionais, centrados particularmente em um *ethos* corporativo que prescrevia regras e proibições éticas aos trabalhadores, conduziu à instabilidade econômica e à falta de perspectivas profissionais. Em decorrência, acirrava-se o conflito entre o modo de pensar e agir pré-capitalistas e capitalistas.

As novas relações de produção reduziam a oportunidade dos jornaleiros e aprendizes tornarem-se mestres de ofício nos grandes centros industriais e promoviam a concorrência e a competição entre trabalhadores no âmbito de um mercado caracterizado pela impessoalidade e pelo livre ingresso profissional. Além de não disporem de um lugar seguro na estrutura ocupacional, diante das inconstâncias e irregularidades dos ciclos econômicos, os trabalhadores careciam de qualquer situação reconhecida, ou pelo menos plenamente reconhecida, no sistema de *status* predominante, sendo excluídos da ordem social tradicional.

Mesmo entre trabalhadores que ainda possuíam prestígio e *status* reconhecidos, exercendo funções ou usufruindo as prerrogativas econômicas das corporações de ofício, vigorava o receio de serem forçados a perder sua posição, e assim “descerem ao proletariado”. Este novo estrato social era composto por uma pluralidade de grupos laborais, em sua maioria compostos por trabalhadores não-qualificados. Apesar de fragmentados, possuíam em comum as precárias condições de vida, baixos salários e a ausência de consideração pública, que contribuíam para forjar um senso de injustiça, descontentamento e potencial de revolta.

As inúmeras diferenciações no seio das classes trabalhadoras urbanas obstaculizavam a formação de uma percepção unitária e coerente de sua condição, bem como a articula-

ção espontânea entre os seus variados setores. Neste sentido, a participação de uma pequena minoria dos artesãos e trabalhadores nas insurreições de 1848 e 1849 na Alemanha refletia menos a existência de pretensões políticas efetivamente revolucionárias do que a sua tentativa de integração à ordem social emergente e a reivindicação por salários mais “justos”, proteção contra a autoridade arbitrária do empregador e respeito social. Ademais, muitos insurretos da Saxônia, de Hannover, de Württemberg e de outros Estados clamavam pela criação de um Estado pangermânico, constituído nos moldes de uma confederação monárquica.

Do mesmo modo, as reivindicações oriundas da burguesia e da pequena-burguesia concentravam-se, em reformas liberais moderadas, como a promulgação de uma constituição, a instalação de um Parlamento organizado acima das Dietas particularistas e a nomeação de um imperador que representasse a unidade nacional, colocando-se acima dos príncipes-soberanos.

Contudo, o projeto de formação de uma “Alemanha livre e unificada” bem como a campanha pela institucionalização de uma ordem constitucional nos diversos Estados sofreram reverses. A decretação do estado de sítio – com o acirramento da repressão policial e da censura – e a capitulação da burguesia aos apelos da aristocracia conduziram ao enfraquecimento do movimento e à dissolução da Assembléia Nacional Constituinte de Frankfurt – de cunho pseudo-liberal – em junho de 1849, após um ano em funcionamento.

Desta maneira, a adesão da burguesia à contra-revolução levou ao fracasso do movimento liberal-democrático na Alemanha e à outorga de uma constituição reacionária pelo rei da Prússia¹. Como Marx apontou, temendo o radicalismo do povo, a burguesia alemã sufocou suas próprias aspirações revolucionárias no intuito de preservar seus interesses particularistas. Neste sentido, as revoluções alemãs de 1848 e 1849 configurariam um fenômeno secundário, diante das demais revoluções da Europa, sendo a mera ressonância da revolução europeia num país atrasado (MARX e ENGELS, 1980a: 50).

Depois de frustrada a experiência revolucionária pela fragmentação da frente popular – composta pela associação de forças entre democratas radicais, republicanos e socialistas – o incipiente movimento operário alemão seguiu rumos próprios, em direção à constituição de uma organização autônoma e independente. Se até 1847 os socialistas ainda tinham em mente que a conquista do poder somente poderia ser efetivada pela burguesia, cabendo-lhes tomar parte na revolução como meros auxiliares, após 1849 passaram a sublinhar as suas divergências em relação aos democratas burgueses e pequeno-burgueses, a manifestar sua desconfiança em relação aos “aliados” do proletariado e a ressaltar a importância de uma “revolução permanente”, ou seja, de uma crescente radicalização da revolução.

¹ A Constituição Prussiana outorgada pelo rei Frederico Guilherme IV instituía o sistema de três classes para as eleições do Landtag, além de restringir severamente o direito de expressão e associação.

Cabe lembrar que nesta época o movimento operário ainda encontrava-se em seus primórdios. As associações de artesãos e os grupos e círculos democráticos freqüentados pela burguesia progressista – tais como os “comitês constitucionais” – predominavam no cenário político como representantes das camadas populares. Assim, as primeiras organizações operárias assumiram a forma de sociedades de assistência mútua, geralmente integradas por trabalhadores pertencentes a um mesmo ramo produtivo ou profissão. Tais associações, desprovidas de um caráter de classe, eram toleradas e até estimuladas pelo governo (GARCIA, 1999:13). Além destas, existiam ainda associações formadas por intelectuais, operários e trabalhadores exilados em países como França, Inglaterra, Suíça e Bélgica – como o alfaiate Christian Wilhelm Weitling. Estes grupos, por sua vez, possuíam uma orientação variada, sofrendo influência de inúmeras correntes ideológicas, como do socialismo utópico, do comunismo, do liberalismo-democrático e do hegelianismo de esquerda.

Somente em 1846 os comunistas criaram na Alemanha organizações próprias, clandestinas, associadas às “sociedades de correspondência” de Londres, Paris e Bruxelas – das quais participavam Marx e Engels. A “Federação dos Justos”, criada por Schapper, Bauer e Moll deu origem, em 1847, à “Liga dos Comunistas”, organizada com base nos princípios do centralismo democrático, possuindo comitês regionais vinculados a um comitê central, além de um órgão de imprensa. Em seu estatuto, constava expressamente: “A Liga persegue a derrocada da burguesia e o domínio do proletariado, a supressão da velha sociedade burguesa baseada no antagonismo de classes e a instauração de uma nova sociedade sem classes nem propriedade privada” (RIAZANOV, 1984: 66).

Não obstante haver inaugurado um novo modelo de associação internacional com um projeto revolucionário que incluía um programa e plano de ação proletários, a Liga não conseguiu expandir o número de seus filiados e difundir amplamente seus princípios, devido à encarniçada perseguição política exercida pelos governos. Como consequência, em 1852, a Liga dos Comunistas foi extinta.

FERDINAND LASSALLE E O CULTO AO ESTADO

Após 1848, organizações criadas pela burguesia e pela pequena-burguesia, destinadas a artesãos e operários também começaram a surgir, como a “Fraternidade Operária Universal Alemã” (*Allgemeine Deutsche Arbeiterverbrüderung*)², dirigida por Stephan Born, ou ainda os “Círculos Operários de Estudos” (*Arbeiterbildungsverein*), federação de pequenas associações operárias sob a direção de Schulze-Delitzsch, deputado do Partido Progressista (*Deutsche Fortschrittspartei*). Tais organizações funcionavam como soci-

² Em 1849 a Fraternidade contava com 170 unidades locais e quase 15.000 membros, sendo considerada o primeiro movimento de massas da Alemanha. Esta organização atuava em cooperação com sindicatos, conferindo apoio a greves, associações de assistência mútua, cooperativas e a defesa de uma constituição liberal (GARCIA, 1999: 15).

idades de socorro mútuo (*Selbsthilfe*) e cooperativas de consumo, de matérias-primas, de crédito ou de seguro contra doenças, tendo por objetivo “corrigir” as falhas do sistema capitalista, sem recorrer à ajuda do Estado ou de organizações sindicais. Desta maneira, pregavam o manchesterismo, alegando que a intervenção ativa do Estado sob a organização dos trabalhadores levaria à sua bancarrota e à diminuição do rendimento dos operários.

Em oposição a este tipo de organização, foi fundada em 1863 a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (*Algemeiner Deutscher Arbeiterverein* – ADAV), sob o comando do advogado Ferdinand Lassalle (1825-1864). Seu programa procurava conjugar a crítica ao liberalismo progressista burguês com as reivindicações de democratas radicais. Deste modo, anunciava que o movimento operário deveria se organizar como um partido independente visando à realização de um trabalho de propaganda e mobilização “pacífica e legal” pela reforma do Estado monárquico. Assim, a meta principal da organização lassalleana resumir-se-ia à instituição de uma “monarquia social”, mediante a conquista do sufrágio universal igual e direto. Neste sentido, somente através do exercício pleno das liberdades políticas o trabalhador poderia satisfazer seus interesses legítimos, pois, segundo Lassalle, por meio do sufrágio direto e universal os órgãos legislativos poderiam obrigar o Estado a cumprir a sua “verdadeira função”, isto é, “proporcionar e facilitar os grandes progressos da civilização”.

Lassalle considerava, portanto, que seria a “vocação” e o “destino” do Estado intervir no sentido de proporcionar meios e condições para que os operários se organizassem e se associassem livremente, especialmente através do fornecimento de capital ou empréstimos para financiar cooperativas de produção. De acordo com Lassalle, as cooperativas de produção, geridas de forma autônoma pelos trabalhadores, eliminariam a alienação e afastariam a ação da “lei de ferro” dos salários que tornaria toda atividade sindical ineficaz:

Converter a classe operária em seu próprio patrão: essa é a forma única com que se poderia superar essa cruel e feroza lei que determina o valor dos salários. (...) Se a classe operária for seu próprio patrão, desaparecerá a distinção entre salário e lucro, e com ela desaparece o salário propriamente, surgindo em seu lugar o rendimento do trabalho. A supressão do lucro empresarial da forma mais simples, pacífica e legal, ao reorganizar-se a classe operária como seu próprio empresário, mediante associações voluntárias, é o único meio de superar essa lei que, no sistema produtivo atual, distribui o rendimento da produção entre salário (apenas necessário para sustentar a vida do trabalhador) e todo o resto, que cabe ao empresário (LASSALLE, 1999: 66).

Por conseguinte, a associação cooperativa autônoma e voluntária dos operários, viabilizada com o auxílio do Estado, seria o único caminho para que se saísse do “deserto em que foi colocada a classe operária”. Para Lassalle, através das cooperativas de produção, o estrato inferior da sociedade, representado pelos assalariados, elevar-se-ia ao *Mittelstand*, formando uma “nova classe média universal”. Em contraste, o cooperativismo de Schulze-Delitzsch seria incapaz de oferecer melhores condições de vida para as massas

trabalhadoras, pois as cooperativas de crédito, de consumo e de matérias-primas beneficiariam um número cada vez mais reduzido de pessoas, isto é, o “universo coletivo” dos artesãos (LASSALLE, 1999: 57).

Destarte, em sua concepção, seria não somente tarefa do Estado, mas “sua mais nobre obrigação”, fomentar e desenvolver as associações operárias (LASSALLE, 1999: 72). Sob a perspectiva de Lassalle, o Estado nada mais seria do que a “grande organização”, ou “a grande cooperativa” das classes trabalhadoras, uma vez que a sociedade seria composta predominantemente por trabalhadores. Logo, as cooperativas de produção seriam “esquemas de assistência mútua totalmente legítimos, naturais e justos, que as classes trabalhadoras criariam para si mesmas, na qualidade de grande cooperativa, e concretamente para seus membros, como indivíduos” (LASSALLE, 1999: 77).

A seu ver, portanto, a missão histórica da classe operária consistiria justamente na eliminação de todos os privilégios e na realização do “Estado moral”, através da utilização do sufrágio universal e igualitário. Ao conceber o Estado como uma “unidade dos indivíduos reunidos em um todo moral”, que tem por finalidade “educar o gênero humano para a liberdade” e, assim, “dar existência à humanidade”, Lassalle recaía em um culto ao Estado, que deitava raízes em sua forte admiração pela filosofia hegeliana.

Sua defesa de um Estado nacional forte e centralizado levou-o a apoiar a unificação da Alemanha sob o controle e a preponderância da monarquia prussiana e a aproximar-se de Bismarck. Na correspondência que manteve com o Primeiro Ministro³, Lassalle solicitava-lhe, em segredo, patrocínio político e favores financeiros em troca do suporte ao governo conferido pelas massas trabalhadoras. O autor chega a lhe assegurar que a classe operária viria a aceitar um governo ditatorial, desde que este implementasse uma política paternalista:

[Os estatutos] o convencerão claramente do quanto é verdade que a classe trabalhadora sente uma inclinação instintiva para a ditadura, caso ela possa ser, de início, corretamente convencida de que esta será exercida em seu interesse; e o quanto, apesar de todas as opiniões republicanas - ou, antes, precisamente por causa delas -, estaria, portanto, inclinada, como eu lhe disse recentemente, a considerar a Coroa, em oposição ao egoísmo da sociedade burguesa, como a representante natural da ditadura social, se a Coroa, por seu lado, puder se decidir a dar o passo - certamente muito improvável - de tomar uma linha revolucionária e transformar-se da monarquia das ordens privilegiadas em uma monarquia do povo, social e revolucionária (LASSALLE apud MÊSZAROS, 2004: 370-371)*.

Em carta a Kugelmann, de 23 de fevereiro de 1865, Marx exprimira seu profundo desprezo pela tática política assumida por Lassalle e pelo absurdo fato de acreditar que o Estado prussiano poderia exercer uma ação socialista direta. Marx denunciara, então, que Lassalle havia feito um acordo com Bismarck, prometendo-lhe apoio à campanha militarista pela anexação de Schleswig-Holstein - então território da Dinamarca - à Prússia, em troca do sufrágio universal (MARX, ENGELS, 1980c: 256-260).

³ Publicada pela primeira vez em 1928, por Gustav Mayer (MÊSZAROS, 2004: 371).

⁴ Carta de Lassalle a Bismarck de 8/6/1863.

A ligação de Lassalle com o governo prussiano foi confirmada, após a sua morte, por declarações do próprio Bismarck:

Lassalle nada tinha que pudesse dar-me como ministro. O que me atraía nele era a figura humana: um dos homens mais engenhosos e amáveis com quem já tratei, muito ambicioso, absolutamente não-republicano; tinha convicção nacionalista e monárquica. Sua idéia, sua aspiração, era a de um império alemão, e tínhamos aí um ponto de contato. Lassalle era muito ambicioso e tinha dúvidas sobre se o império alemão devia adotar a dinastia Hohenzollern ou a dinastia Lassalle, mas não há dúvida de que era integralmente monarquista. Lamento que a sua posição política e a minha não me permitissem tratar muito com ele, mas me agradaria ter como vizinho um homem com uma capacidade e uma natureza espiritualmente tão rica quanto a sua (BISMARCK apud LASSALLE, 1999: 34-35).

Apesar de sua defesa do sufrágio universal, Lassalle demonstrava compartilhar da profunda antipatia pelo liberalismo das classes médias, expressa por Bismarck. A própria organização do partido manifestava a inclinação de Lassalle ao autoritarismo. Como observou Robert Michels, a “estrutura da associação correspondia não só às qualidades pessoais de Lassalle, à indomável ambição de poder e ao caráter egocêntrico que faziam dele, homem de gênio, tão mau conhecedor de homens, mas também à sua concepção teórica da tarefa que incumbe a toda organização partidária” (MICHELS, 196[-]: 107).

A organização do partido seguia o modelo da “*Nationalverein*” (Liga Nacional Alemã), isto é, uma sociedade unitária constituída por uma Assembléia Geral (reunida anualmente) formada por delegados eleitos segundo o número de membros das associações locais; uma Diretoria Executiva composta por vinte e quatro membros eleitos pela Assembléia; e um Presidente do partido, com um mandato inicial de cinco anos. O Presidente possuía poderes quase totais: nomeava seus substitutos, seus plenipotenciários e até seu sucessor, decidia a ordem do dia, podia demitir os comissários (*Bevollmächtigte*) que o representavam nos agrupamentos do partido, além de estar investido de poderes que lhe permitiam tomar decisões urgentes – posteriormente submetidas à Diretoria ou à Assembléia. A centralização do poder nas mãos do Presidente do partido era ainda acentuada pelo fato de os membros da Diretoria encontrarem-se dispersos por toda a Alemanha, dificilmente podendo ser reunidos em uma assembléia (LASSALLE, 1999: 37).

Segundo Lassalle, a concentração do poder dentro do partido seria sinal de sua força e coesão internas:

Essa grande associação, que se estende por quase todos os Estados alemães, funciona e se move com a coesão compacta de um só indivíduo. Muitos poucos grupos pude visitar, ou me fiz conhecer pessoalmente. Não obstante, do Reno até o mar do Norte, do Elba ao Danúbio, nunca ouvi um “não”; a autoridade que vocês me confiaram se baseia absolutamente na livre vontade, continua e suprema! (...) Em toda parte ouvi dos operários palavras que podem ser resumidas nesta frase: temos que forjar nossa vontade em um só instrumento e pôr esse instrumento em mãos de alguém cuja inteligência, caráter e boa vontade nos mereçam a devida confiança, para que possa usá-lo! Os dois extremos opostos, a liberdade e a autoridade, consi-

derados até agora por nossos estadistas como inconciliáveis, e cuja conjunção era vista como a pedra filosofal – esses dois opostos mais radicais formaram um amálgama na nossa associação, que se converteu, assim, em modelo reduzido do que será nosso futuro modelo de sociedade! (LASSALLE, 1999: 244)⁵.

Mesmo após a morte de Lassalle em agosto de 1864, o partido continuou a cultivar o seu nome e a adotar os princípios inscritos no “Manifesto Operário”, de maio de 1863. Seus sucessores na presidência, Bernhard Becker (entre 1864 e 1867) e Johann Baptist von Schweitzer (entre 1867 e 1871), conseguiram expandir a organização através do trabalho de divulgação e propaganda, no qual o jornal *Sozialdemokrat* teve um importante papel⁶.

Diante do personalismo difundido na Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, Marx e Engels passaram a dirigir-lhe diversas críticas e a alertar para o “caminho falso” trilhado pela organização lassalleana. Esta, para Marx, “era, simplesmente, uma organização sectária – e, como tal, hostil à organização do verdadeiro movimento operário que a Internacional tem por objetivo criar” (MARX, ENGELS, 1980c: 265)⁷. Ademais, o seu apego à política realista (*Realpolitik*) culminaria na acomodação à situação existente:

Acredito que Schweitzer, etc, agem de boa fé, mas são “políticos práticos”. Querem levar em conta as circunstâncias existentes e não pretendem abandonar o privilégio da *Realpolitik* (...). Sabem que a imprensa operária e o movimento operário na Prússia (e, em consequência, no resto da Alemanha), só existem por uma concessão da polícia. Querem, por isso, tomar as coisas como são, evitar provocar o governo, etc., da mesma forma que nossos políticos realistas “republicanos” estão dispostos a “tomar” um imperador da casa dos Hohenzolern (MARX, ENGELS, 1980c: 259).

As profundas divergências teóricas e práticas entre o grupo socialista e o lassalleano conduziram à fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, mais conhecida como a Primeira Internacional. A Internacional seria um prolongamento da tentativa de se criar uma Liga Comunista⁸, cujo objetivo principal residia no estabelecimento de “um ponto central de comunicação e de cooperação entre as sociedades operárias dos diferentes países que aspiram ao mesmo fim, a saber, o auxílio mútuo, o progresso e a completa libertação da classe trabalhadora” (Artigo 1^a do Estatuto da Primeira Internacional, apud MARX, ENGELS, LENIN, 1971: 86).

Diferentemente da associação de Lassalle, a Internacional pregava que a emancipação da classe operária e a abolição de todo o regime de classes seria obtida através da

⁵ Discurso proferido por Lassalle em Ronsdorf, 22/5/1864.

⁶ Em 1864 possuía 4.600 membros, espalhados em 50 agrupamentos; já em 1875 este número chega a 15.322 membros (LASSALLE, 1999:37).

⁷ Carta de Marx a Bolte, de 23/11/1871.

⁸ Cabe lembrar que esta foi extinta em 1852, dois anos após a cisão interna e expulsão da fração ultrasquerdista de Willich e Schapper, que defendiam a transformação da Liga em uma “sociedade de conspiradores” (cf. MARX, 1973: 117-122).

luta dos próprios trabalhadores. O movimento político, portanto, é visto como meio para se atingir a solidariedade entre os trabalhadores de várias profissões e dos diversos países e a emancipação econômica da classe operária. Contudo, tal organização não estava livre de conflitos. As divergências internas presentes na AIT a princípio não eram consideradas uma ameaça à sua constituição. Ao contrário, a intenção de seus fundadores era criar uma organização democrática aberta a todos os trabalhadores, adeptos das mais diversas tendências. Esta iniciativa inédita tinha como objetivo fazer avançar a unidade e aglutinação das “multiformes divisões do trabalho” que atuavam de maneira dispersa e isolada. Sendo assim, embora a Internacional desestimulasse as práticas conspirativas e sectárias de grupos operários, colocava como principal meta prepará-los para constituírem uma frente conjunta em suas lutas pela emancipação, assumindo o papel de “instrumento de impulsão das lutas dos trabalhadores” (MARX apud SANTOS, 2002:25).

Neste sentido, a AIT não seria a “planta de estufa de uma seita ou de uma teoria” ou “obra de um punhado de políticos hábeis” (MARX apud SANTOS, 2002: 8), mas sim uma organização que visava, a partir de um amplo e permanente debate entre uma pluralidade de tendências, delinear um campo de ação comum, ou, nas palavras de Marx, “fundir em um só grande exército toda a classe operária combativa da Europa e da América” (MARX apud SANTOS, 2002: 28). Não obstante a abertura às múltiplas frações proletárias e aos vários matizes socialistas – sejam proudhonianos, lassaleanos, trade-unionistas, utópicos, etc. – e a utilização de uma tática conciliatória com vistas à preservação da unidade da organização, a inclusão de grupos sectários, como o dos bakuninistas, foi percebida como indesejável por ser capaz de fomentar a desagregação interna e, assim, retardar o projeto emancipatório. Consoante lembrou Marx, em carta a Bolte de 23 de novembro de 1871:

Em fins de 1868, o russo Bakunin ingressou na Internacional com o objetivo de criar, no seio da organização, e sob sua própria direção, uma segunda internacional chamada “Aliança da Democracia Socialista”. Bakunin – homem sem qualquer conhecimento teórico – pretendia que esta organização particular representasse a propaganda científica da Internacional. (...) Seu programa era uma confusão superficial de retalhos mal alinhavados: igualdade entre classes (!), abolição do direito de herança como ponto de partida do movimento social (tolice saint-simoniana), o ateísmo como dogma obrigatório para os membros da Internacional, etc., - e, na qualidade de dogma principal, a abstenção (proudhoniana) face ao movimento político (MARX, ENGELS, 1980c: 265).

A corrente anarquista de Bakunin sustentava que o sistema representativo, longe de ser uma garantia para o povo, criaria, ao contrário, a existência permanente de uma aristocracia governamental, que, por sua vez agiria contra o povo. Deste modo, o sufrágio universal seria uma máscara por trás da qual “se esconde o poder realmente despótico do Estado, fundado sobre os bancos, sobre a polícia e sobre o exército”, isto é, “um meio excelente para oprimir e para arruinar um povo em nome e sob o pretexto de uma vontade popular” (BAKUNIN apud GUÉRIN, et al., 1980: 12).

No entanto, Bakunin protestara contra o epíteto de “abstencionista”, conferido por seus adversários, pois, a ser ver, o boicote das urnas consistiria em uma questão tática, e não de conteúdo. Assim, a renúncia a participar de eleições e a realizar alianças eleitorais com partidos radicais burgueses não significaria a rejeição da “política” em si, mas somente da política burguesa. Em contraste, defendia a insurreição de todo o povo, pela livre organização das massas trabalhadoras de baixo para cima. Logo, a realização do “socialismo anti-autoritário”, ou “libertário”, proposto pelos anarquistas, exigiria a prévia e completa ruptura com todos os governos e formas de política burguesa.

A crítica dirigida por Bakunin ao marxismo, predominante na Internacional, atribuía sua concepção de revolução e seu projeto de ditadura do proletariado a uma característica do temperamento do povo alemão, marcado pela “docilidade hereditária” e “sede de domínio”. Segundo Bakunin, o alemão “é criado ao mesmo tempo para ser escravo e para dominar (...), aceita de bom grado a disciplina mais dura, mais vexatória, mais esmagadora; está mesmo pronto a amá-la desde que ela se coloque, ou, ainda, que ela coloque o Estado alemão acima de todos os outros e de todas as outras nações” (BAKUNIN, 2003:225).

Por esta razão, reinaria entre os alemães um sentimento entusiasta de triunfo nacional, político e militar, no qual se apoiariam, sobretudo, o poderio do Império pangermânico e seu chanceler, o príncipe Bismarck. Sendo o nacionalismo e o militarismo aspectos fundamentais do caráter do povo, estes sentimentos também atingiriam as massas e líderes operários, sob a forma de um “temor à revolução” que os orientaria à agitação dita pacífica e legal. Ao mesmo tempo, esta ação dirigida à atividade parlamentar serviria como válvula de escape para o Estado alemão, sendo útil para a conservação e legitimação do seu poder. Partindo destas considerações, Bakunin conclui ser impossível esperar uma revolução na Alemanha, por haver no espírito, no caráter e no temperamento do povo alemão, pouquíssimos elementos revolucionários:

O alemão refletirá o quanto quiser contra todo representante da autoridade, mesmo contra o imperador. Nunca acabará de refletir; mas, mesmo esta disposição de espírito, volatilizando, se se pode dizer, suas forças morais e cerebrais, e impedindo-o de se voltar para si mesmo, protege-o contra o perigo de uma explosão revolucionária (BAKUNIN, 2003: 229).

Por conseguinte, Bakunin via o socialismo científico como a defesa de um governo despótico das massas proletárias por uma nova e muito restrita aristocracia de verdadeiros ou pretensos doutos. Neste sentido, Bakunin repudiara categoricamente a possibilidade de aliança com o recém-formado Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Alemães:

Preservar-nos-emos de incitar nossos irmãos de origem a ingressar nas fileiras do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Alemães, à frente do qual se encontram, antes de tudo, sob espécie de um duunvirato investido de poderes ditatoriais, os Srs. Marx e Engels, e atrás deles, ou abaixo deles, os Srs. Bebel, Liebknecht e alguns judeus encarregados dos trabalhos literários; dedicar-nos-emos, ao contrário, com todas as nossas forças, a desviar o proletariado

eslavo de uma aliança com este partido, de modo algum popular, mas por sua tendência, seus objetivos e seus meios puramente burgueses e, além do mais, alemão, por exclusividade, o que seria mortal para os eslavos (BAKUNIN, 2003: 75).

É interessante notar que Engels também havia analisado em vários escritos a inclinação alemã à disciplina e ao “espírito militar”. Em sua “Introdução à Guerra Civil na França”, redigido em 18 de março de 1891, o autor retomou o assunto ressaltando a necessidade de se abolir o “velho poder estatal” e substituí-lo por outro verdadeiramente democrático. Para tanto, Engels adverte que a Alemanha é um país em que:

a fé supersticiosa no Estado se transplantou do campo filosófico para a consciência comum da burguesia e mesmo de numerosos operários. Segundo a concepção filosófica, o Estado é a “realização da Idéia”, ou seja, traduzido em linguagem filosófica, o reino de Deus sobre a terra, o terreno em que se tornam ou devem tornar-se realidade a eterna verdade e a eterna justiça. Surge daí uma veneração supersticiosa do Estado e de tudo o que com ele se relaciona, veneração supersticiosa que se vai implantando na consciência com tanto maior facilidade quando as pessoas se habituam, desde a infância a pensar que os assuntos e interesses comuns a toda a sociedade não podem ser regulados nem defendidos senão como tem sido feito até então, isto é, por meio do Estado e de seus bem pagos funcionários (MARX, ENGELS, 1980b: 51).

Neste mesmo texto, Engels observa que já teria sido dado um passo enormemente audaz ao “libertar-se da fé na monarquia hereditária e manifestar-se entusiasmo pela República democrática”. Não obstante, sublinha que o Estado “não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, tanto na República democrática como sob a monarquia; e, no melhor dos casos, um mal que se transmite hereditariamente ao proletariado triunfante em sua luta contra a dominação de classe”. Sendo assim, o proletariado vitorioso não poderia deixar de “amputar imediatamente, na medida do possível, os aspectos mais nocivos desse mal, até que uma futura geração, formada em circunstâncias sociais novas e livres, possa desfazer-se de todo esse velho traste do Estado” (MARX, ENGELS, 1980b: 51).

Como foi visto, a crítica formulada por Marx e Engels ao Estado não é menos severa e contundente do que a endereçada por Bakunin. Contudo, as divergências em relação à tática empregada distanciaram significativamente os dois grupos dentro da Internacional. Em discurso à Conferência da Primeira Internacional, de 21 de setembro de 1871, Engels explicitou tais diferenças:

Para nós, a abstenção é inviável. O partido operário já existe como partido político, na maioria dos países, e não seremos nós que o destruiremos, pregando a abstenção. A experiência da vida atual, a opressão política a que os governos existentes submetem os trabalhadores (tanto com objetivos políticos como sociais) obriga-os a se dedicarem, querendo ou não, à

⁹ Cf. ENGELS, F. “The Prussian military question and the German Worker’s Party (1862)”. Engels’s Archives. [online]. Acesso em jan.2005. <<http://www.marxists.org>>.

política. Pregar a abstenção política aos operários significa lançá-los aos braços da política burguesa. (...) Todos os abstencionistas se pretendem revolucionários, e até revolucionários por excelência. Mas a revolução é a suprema ação política: quem a deseja deve desejar o que a viabiliza, a ação política que a prepara, que propicia aos operários a educação revolucionária, sem a qual, no dia seguinte ao da luta, eles serão enganados pelos Favre e pelos Pyat. Contudo, a política a que devem dedicar-se os trabalhadores é a política operária. O partido operário não pode constituir-se como apêndice de um partido burguês qualquer, mas como partido autônomo, com objetivo e política próprios. As liberdades políticas, o direito de reunião e associação e a liberdade de imprensa – estas são as nossas armas. Deveremos cruzar os braços e abstermo-nos quando nos queiram tirá-las? Diz-se que toda ação política implica o reconhecimento do estado de coisas existente. Mas quando esse estado nos proporciona meios para lutar contra ele, recorrer a tais meios não significa legitimar o *status quo* (ENGELS, 1981: 100-101).

Como resultado dos intensos e calorosos debates levados a cabo no curso do ano de 1872 os anarquistas foram expulsos da Associação Internacional dos Trabalhadores. Convém ressaltar que, em carta a Bebel de 1873, Engels explicitou que a cisão da Inter-nacional e a exclusão dos anarquistas não deveriam ser concebidas como um enfraqueci-mento do movimento operário; ao contrário:

(...) já dizia o velho Hegel que um partido mostra que é o vitorioso, na medida em que se divide e consegue suportar a divisão. O movimento proletário passa, necessariamente, por diferentes fases de desenvolvimento; em cada uma dessas fases há sempre uma parte de seus componentes que se emaranha e fica no caminho (MARX, ENGELS, 1980c: 274).

Com a exclusão dos anarquistas, consagrava-se entre os socialistas do ocidente o formato organizacional e o paradigma programático adotados pelo Partido Social-De-mocrata dos Trabalhadores Alemães, criado em 1869 por Wilhelm Liebknecht (1826-1900) e August Bebel (1840-1913)¹⁰. Em panfleto distribuído para o Congresso de Eisenach, na ocasião de fundação do partido, Liebknecht expressava um posicionamento revoluci-onário e crítico em relação à participação eleitoral:

O socialismo não é uma questão de teoria: é simplesmente uma questão de força que não pode ser resolvida no Parlamento, apenas no campo de batalha, como qualquer outra questão de força... Para os povos como para os príncipes a violência tem a última palavra. (...) sem dúvida o sufrágio universal é um direito sagrado do povo e uma condição fundamental do Estado demo-crático socialista – do Estado democrático socialista – mas considerado à parte, separado da liberdade civil, sem liberdade de imprensa, sem direito de associação, sob a dominação dos sabres dos policiais e dos soldados, e, em uma palavra, dentro do Estado absolutista, o sufrágio universal só pode ser o joguete e instrumento do absolutismo (apud COLE, 1959: 243).

O programa do partido (*Sozialdemokratische Arbeiterpartei Eisenacher Programms*) aprovado no Congresso de Eisenach, em agosto de 1869, refletia igualmente tal duplicidade,

¹⁰ Neste mesmo ano o Partido Progressista racha devido ao dissenso quanto à unificação alemã: a ala direita do partido constituiu o Partido Nacional-Liberal, oferecendo apoio à unificação sob o comando da Prússia.

ou seja, a combinação do objetivo revolucionário com a demanda pela conquista das liberdades civis, de modo a atrair, simultaneamente, elementos marxistas e radicalistas burgueses. Destarte, o programa dividia-se em uma parte teórica, isto é, uma exposição de princípios, e uma parte prática, com um programa de ação.

Malgrado a influência exercida pela teoria marxista - colocando-se em primeiro plano a luta pela igualdade dos direitos e dos deveres mediante a supressão de qualquer dominação de classe - o programa trazia em seu texto fórmulas vagas ou controversas, como, por exemplo, a pretensão de estabelecer um “Estado popular livre”, ou a idéia de restituir ao trabalhador o “produto integral do seu trabalho”. Além disto, estabelecia que a liberdade política seria a “condição mais indispensável da emancipação das classes trabalhadoras”, de forma que a solução da questão social estaria subordinada à solução da questão política, pela institucionalização de um Estado democrático.

Embora se apresentasse como um braço da Internacional¹¹, o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Alemães demonstrava um forte viés reformista. Desde a sua criação a ênfase concedida à via legal e às reivindicações imediatas era evidente. Tal orientação tornou-se ainda mais clara com a aprovação, no Congresso de Stuttgart de 1870, de uma resolução segundo a qual o Partido de Eisenach deveria não apenas tomar parte nas eleições para o *Reichstag* por razões de propaganda, como também no intuito de participar das decisões parlamentares “pelo bem da classe trabalhadora”. Todavia, de acordo com a resolução, o partido deveria manter, em geral, uma atitude negativa frente ao trabalho do Parlamento, além de não participar de nenhuma aliança nem aceitar qualquer compromisso com outros partidos (PRZERWORSKI, 1989: 22).

A participação dos representantes do partido no Parlamento, no entanto, viu-se prejudicada com o advento da Guerra Franco-Prussiana em 1870. Os protestos de Liebknecht e Bebel contra a guerra e a anexação da Alsácia-Lorena renderam-lhes duas condenações por incitação à alta-traição, sendo sentenciados a penas de quatro anos de prisão. O recrudescimento da repressão a greves e manifestações e a crise econômica deflagrada em 1873 tiveram por efeito a aproximação entre o partido lassalleano e o partido eisenachiano, no início da década de 70. Assim, foi iniciado um movimento pela unificação das duas organizações operárias.

O PROGRAMA DE GOTHA E A TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

Mesmo reconhecendo a situação adversa enfrentada pelo partido, Marx e Engels mostravam-se receosos em relação à recepção de grupos lassalleanos, considerando-os uma ameaça em potencial de desfiguração e descaracterização do partido. Em carta a Bebel de 20 de junho de 1873, Engels manifestara sua preocupação de que uma atitude conciliatória pudesse conduzir ao sacrifício dos princípios socialistas:

¹¹ A organização do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Alemães seguia o modelo organizacional da AIT, contando com um Comitê Ausschuss) eleito, uma Comissão de Controle e uma Assembléia Geral (GAY, 1970: 114).

É necessário não se deixar enganar pelos gritos de “unidade”. Precisamente os que mais abusam desta palavra-de-ordem são os primeiros a provocar dissensões (...). É natural que todo organismo dirigente do Partido procure êxitos em seu trabalho. Há, porém, circunstâncias em que é necessário ter a coragem de renunciar aos êxitos imediatos em benefício de coisas mais importantes. Isso é verdade particularmente para um partido como o nosso, cuja vitória final está plenamente assegurada e cujo crescimento, em nossa época e ante nossos próprios olhos, tem sido tão grandioso. Um partido assim não necessita sempre e em todas as condições conquistar êxitos imediatos (MARX, ENGELS, 1980c: 273).

Assim, de acordo com Engels, embora o movimento proletário estivesse passando por uma fase conturbada, o partido não deveria ter em mira “arrebatar, aqui e ali, alguns grupos de militantes ao adversário”, mas sim, “influenciar as grandes massas que ainda não se incorporaram ao movimento”. Deste modo, evitar-se-ia que fossem trazidos ao partido as vicissitudes das concepções lassalleanas (MARX, ENGELS, 1980c: 272).

Não obstante as várias advertências de Marx e Engels, em maio de 1875 foi realizado o Congresso de Gotha, no qual foi aprovada a fusão entre os dois partidos. Compareceram ao congresso 56 delegados marxistas (que representavam 9.121 membros) e 74 delegados lassalleanos (representando 15.322 membros) (LASSALLE, 1999:75). Deste modo, fundaram o Partido Socialista dos Trabalhadores da Alemanha (*Sozialistische Arbeiterpartei Deutschlands*), dirigido por um Executivo (*Vorstand*) eleito por um Congresso Geral, por maioria simples – além de uma Comissão de Controle (*Ausschuss*) composta por dezoito membros (GAY, 1970: 115).

Nesta mesma ocasião foi aprovado o novo programa do partido, conhecido como o Programa de Gotha. O conteúdo do programa tornava clara a tentativa de conciliação entre as duas frações do partido, incorporando princípios lassalleanos e as reivindicações práticas esboçadas no Programa de Eisenach. Poucos meses antes da unificação, em carta a Bebel de 18 de março de 1875, Engels havia prevenido o partido para a necessidade de se receber os lassalleanos “da maneira mais fria”, e, assim, “testemunhar-lhes a maior desconfiança”. Para Engels, os lassalleanos deveriam mostrar-se dispostos a abandonar as suas palavras de ordem sectárias e os seus pedidos de ajuda ao Estado, aceitando, nos pontos essenciais, o Programa de Eisenach de 1869, ou uma nova edição deste, corrigida conforme as circunstâncias presentes (MARX, ENGELS, LENIN, 1971: 68).

Contudo, de acordo com Engels, o projeto de programa apresentado pelo partido provaria que, “se a nossa gente é teoricamente muito superior aos chefes lassalleanos, quanto à habilidade política fica muito abaixo deles. Os “honestos” conseguiram mais uma vez deixar-se cruelmente levar pelos desonestos” (MARX, ENGELS, LENIN, 1971: 68). Assim, em carta a Bracke, de 11 de outubro de 1875, Engels recriminou Liebknecht pela incorporação de “frases e palavras de ordem de Lassalle”, “banais reivindicações democráticas” e “imbecilidades horripilantes de teses pretensamente comunistas”. Segundo o autor, “Liebknecht estragou tudo na sua ânsia de ver a unidade realizada, de lá chegar a qualquer preço”; por conseguinte, a unidade entre as duas organizações traria em si o germe da futura cisão (MARX, ENGELS, LENIN, 1971: 75).

Marx apresentou igualmente sua insatisfação, em carta a Bracke, de 5 de maio de 1875, ao considerar o programa “absolutamente condenável”. Para Marx o programa desmoralizaria o partido, ao instituir uma “barganha de princípios”:

Pretendia-se manifestamente escamotear toda a crítica e banir toda a reflexão do nosso próprio partido. É sabido que o simples fato da unificação traz satisfação aos operários, mas engana-se quem pensar que este resultado imediato não se paga demasiado caro (MARX, ENGELS, 1980c: 10).

Marx aprofundou sua crítica em uma carta circular aos dirigentes do partido, posteriormente publicada sob o título “Crítica ao Programa de Gotha” - em 1891. Em sua carta, Marx chamava a atenção para a utilização de uma fraseologia burguesa e lassalleana no novo programa. Assim, o programa estaria permeado de afirmações como “o trabalho é a fonte de toda a riqueza”, ou concepções estranhas ao socialismo, tais como “produto integral do trabalho”, “direito igual”, “repartição equitativa”, “lei de bronze do salário” e “Estado Livre”. Como resultado, o programa teria aderido a um socialismo vulgar que tomaria a repartição como uma esfera independente do modo de produção e abandonaria qualquer referência à necessidade de supressão das diferenças de classe. Destarte, em lugar da defesa de um processo de transformação revolucionária da sociedade, tal programa pretendia que a “ajuda do Estado” conduziria à “organização socialista do conjunto do trabalho”; isto é, que o fomento das cooperativas de produção pelo Estado levaria à construção de uma nova sociedade. Para Marx este tipo de afirmação não teria base, posto que a derrubada das condições de produção capitalistas não teriam relação alguma com a criação de sociedades cooperativas subvencionadas pelo Estado. Neste sentido, as sociedades cooperativas só teriam valor enquanto criações independentes nas mãos dos trabalhadores, não sendo protegidas nem por governos nem por burgueses.

Ademais, Marx lançou luz à tentativa lassalleana de “dissimular a sua aliança com os absolutistas e feudais contra a burguesia”, na medida em que reúne todos os adversários da classe operária em “uma mesma massa reacionária”. Em síntese, Marx realiza uma crítica contundente à vinculação do movimento operário ao Estado e à ilusão de que através da negociação com o governo poder-se-ia introduzir mudanças substanciais na ordem vigente. Assim, visto que o Estado alemão não passaria de um “despotismo militar, com uma armadura burocrática e blindagem policial, adornado de formas parlamentares, com misturas de elementos feudais e de influências burguesas”, a idéia de uma “monarquia social” deveria ser descartada:

A própria democracia vulgar, que vê na república democrática o advento do reino milenar e que não tem a menor suspeita de que é precisamente sob esta última forma de Estado da sociedade burguesa que se travará a suprema batalha entre as classes, a própria democracia está ainda mil vezes acima de um democratismo deste gênero, confinado aos limites do que é autorizado pela polícia e proibido pela lógica (MARX, ENGELS, LENIN, 1971: 31).

Cabe acrescentar que as críticas de Marx e Engels não foram bem recebidas pelos dirigentes do novo partido. O texto da “Crítica ao Programa de Gotha” somente foi divulgado oito anos após a morte de Marx, em 1891, devido à iniciativa e insistência de Engels. Neste meio tempo, Marx e Engels não cessaram de se contrapor ao conteúdo do programa e à influência da figura de Lassalle dentro do partido¹².

Como Engels havia previsto, a busca pelo êxito imediato prevaleceu sobre a salvaguarda dos princípios socialistas. A reputação de Lassalle e seus méritos de agitador continuaram sendo exaltados no interior do movimento no intuito de atrair a massa dos trabalhadores, ainda dispersa e avessa a questões de ordem política. Como consequência, o Partido Socialista dos Trabalhadores da Alemanha sofreu uma significativa expansão, até ser colocado na clandestinidade pelas leis anti-socialistas de Bismarck. Contudo, seu crescimento não conseguiu abafar os conflitos internos latentes que Engels já identificara na ocasião de sua fundação.

A REPRESSÃO E A REESTRUTURAÇÃO DO MOVIMENTO

A década de 1870 teve início na Alemanha com a vitória do projeto militarista e expansionista das elites conservadoras. Sob a liderança de Bismarck, Primeiro Ministro da Prússia a partir de 1862, foi concretizado o processo de unificação nacional, que o havia motivado desde seu ingresso no governo de Guilherme I. A unificação do país recebeu o apoio das elites aristocráticas locais e da burguesia, atraída, sobretudo, pelas grandes perspectivas de expansão comercial abertas pela abolição das barreiras econômicas. Assim, a fase conhecida como *Gründerzeit* (“período dos fundadores”) foi caracterizada pelo desenvolvimento de uma modernização conservadora, impulsionada simultaneamente pelo Estado e pelas elites econômicas do campo e da cidade.

Acompanhando o processo de expansão comercial e industrial, verificou-se ainda o incentivo à produção em diversas áreas, como nas artes, ciências, imprensa e educação. As cidades expandiram, juntamente com o número de serviços e a infraestrutura urbana. Deste modo, à medida que crescia economicamente e emergia como uma das principais potências da Europa continental, a Alemanha foi estendendo seu poder e influência cultural.

O *Kaiserreich*, marcado pelo espírito militar e autoritário da aristocracia agrária, prosseguiu sua política belicista e anexionista, após a consolidação da unidade alemã. Bismarck, na qualidade de chanceler do *Reich* (de 1871 a 1890), promoveu uma complexa política de alianças ao longo da década de 1880 que o colocou em uma difícil posição diante das demais potências. Ademais, criavam-se as condições para a

¹² Engels, em carta a Bracke, de 11/10/1875, afirmou: “Felizmente o programa teve uma apreciação mais favorável do que merecia. Operários, burgueses e pequeno-burgueses lêem nele o que verdadeiramente lá devia estar e não o que efetivamente lá está; e nem sequer ocorreu a ninguém examinar publicamente o conteúdo real de uma dessas maravilhosas frases. Isso permitiu-nos ficar calados” (MARX, ENGELS, LENIN, 1971: 76).

implementação de uma política colonialista direcionada para territórios na África, em Nova Guiné e no Pacífico.

A força e o poderio do Império – constituído como uma federação das dinastias reinantes – traduziam-se, igualmente, na concentração do poder político interno. A nova constituição, aprovada pelo *Reichstag* em 1871, representava a extensão da constituição da Confederação Germânica do Norte (1866), agora abarcando 25 Estados e Alsácia-Lorena. Diferentemente do esboço preparado pela Assembléia Constituinte de Frankfurt de 1849 – posteriormente dissolvida –, tal constituição não possuía uma carta de direitos fundamentais. Segundo o texto constitucional, o rei da Prússia – e Imperador Germânico – seria o chefe das forças armadas (exército e marinha), trataria de assuntos externos e nomearia o chanceler imperial e o gabinete ministerial. Outrossim, instituía-se um sistema bicameral, no qual o *Bundesrat* (Conselho Federal) – composto por representantes nomeados pelos respectivos Estados¹³ – aprovaria a declaração de guerra, a dissolução do *Reichstag* e a intervenção em Estados (exceto na Baviera). Já o *Reichstag*¹⁴ – cujos membros eram eleitos por cinco anos em eleições diretas por meio de sufrágio universal masculino¹⁵ – seria responsável pela aprovação do orçamento e das leis referentes à jurisdição federal (exército, marinha, impostos e taxas, indústria, comércio e comunicação, finanças, patentes, pesos e medidas, censura, leis civis e criminais, etc.).

Cabe salientar, no entanto, que os poderes do *Reichstag* eram consideravelmente limitados. Além de não poder propor leis nem poder votá-las sem a concordância do *Bundesrat*, o *Reichstag* estava sob permanente ameaça de dissolução, pois poderia ser fechado ao arbítrio do governo, quando, então, seriam convocadas novas eleições. Assim, o Parlamento – única instituição “unitária” representativa do povo alemão – não detinha controle efetivo sobre o Executivo, não possuindo poderes para destituir o Chanceler, que apenas respondia ao Imperador (*Kaiser*). Deste modo, a impotência política do Parlamento converteu-o em um mero fórum de discussões, com uma atuação política restrita à crítica, pressão e à aprovação de projetos de lei.

Max Weber, em sua análise do “período bismarckiano”, publicada em junho de 1917 sob o título “Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída”, enfatizou a necessidade de ampliação do escopo do Parlamento através da outorga de poderes de fiscalização, como, por exemplo, o direito de instaurar inquéritos parlamentares. Segundo Weber, o Parlamento somente seria eficaz na medida em que contribuísse para a publicidade e supervisão da administração. Ademais, consoante o autor, como os líderes políticos não conseguiriam encontrar sua vocação no parlamento e nos partidos – e o Executivo, por sua vez, estaria nas mãos de burocratas que não seriam líderes partidários e nem estariam em contato permanente com os partidos – o “patronato parlamentar” favoreceria a prevalência da mediocridade na esfera política (WEBER, 1974: 52).

¹³ Dos 58 assentos, a Prússia exercia o controle sobre 20 deles. Era necessário o veto de 14 membros para impedir a aprovação de emendas constitucionais (RODES, 1964).

¹⁴ Dos 397 assentos do Reichstag, 235 eram prussianos. Convém lembrar que até 1906 seus membros não eram remunerados (RODES, 1964).

¹⁵ Homens maiores de 25 anos.

Com efeito, o Parlamento não passaria de um “carimbo involuntariamente tolerado de uma burocracia dominante”, caracterizado pela dependência política, impotência e baixo nível intelectual de seus membros (WEBER, 1974: 21):

(...) só um Parlamento ativo e não um Parlamento onde apenas se pronunciam arengas pode proporcionar o terreno para o crescimento e ascensão seletiva de líderes genuínos, e não meros talentos demagógicos. Um Parlamento ativo, entretanto, é um Parlamento que supervisiona a administração participando continuamente do trabalho desta (WEBER, 1974: 44).

Considerando que a participação seria precondição para o desenvolvimento do discernimento político, Weber asseverou que a Alemanha não encontrou condições propícias para desenvolver uma tradição política. Neste sentido, a nação estaria desacostumada a participar da resolução de seus assuntos políticos através de seus representantes eleitos e estaria despreparada para considerar criticamente as qualificações de seus representantes. Assim, Weber destacara que o legado que Bismarck deixou atrás de si foi “uma nação sem qualquer sofisticação política” e “sem qualquer vontade política própria” por estar acostumada à idéia de que o grande estadista ao leme tomaria as decisões políticas necessárias (WEBER, 1974: 20).

O caráter conservador do governo imperial ficou ainda mais evidente a partir da outorga de leis anti-socialistas, em 1878, que tornaram o Partido Socialista dos Trabalhadores Alemães uma organização clandestina. A “política de ferro e sangue” adotada pelo governo, sob o comando de Bismarck, com o apoio da burguesia, já vinha sendo colocada em prática na perseguição a católicos, durante a *Kulturkampf*¹⁶, sobretudo no período de 1872 a 1887. Assim como o governo tentou vincular o Partido do Centro à tentativa de assassinato de Bismarck – perpetrada por Kullmann (um tanoeiro desempregado e católico) em julho de 1874 – para justificar a promulgação de leis anti-católicas, a mesma estratégia foi aplicada em relação aos social-democratas.

Em 1878 os social-democratas foram responsabilizados por dois atentados contra a vida de Guilherme I, legitimando assim a elaboração de um projeto de lei anti-socialista. Este, no entanto, não conseguiu a aprovação do *Reichstag*, que foi então dissolvido. Após nova eleição, o governo obteve uma maioria para a aprovação da proposta. Por 221 votos contra 149, a lei foi acolhida, tendo entrado em vigor a partir de 19 de outubro de 1878.

A legislação anti-socialista aprovada pelo *Reichstag* proibia os socialistas de se organizarem em grupos, devendo toda reunião operária estar submetida à supervisão da polícia. A maioria de suas publicações foi tornada ilegal e seus distribuidores foram condenados judicialmente por difundirem um conteúdo “subversivo para a ordem

¹⁶ Neste período foram tomadas inúmeras medidas repressivas a fim de subordinar a Igreja ao Estado, desde prisões de clérigos até a censura à imprensa católica. O governo, apoiado pelos partidos liberais, tinha como objetivo obter o direito de sanção aos apontamentos da Igreja, controlar a educação e restringir a jurisdição das cortes eclesiásticas (WEBER, 1974: 9-11).

pública e hostil ao interesse do Estado”¹⁷. Embora não restringisse a participação dos socialistas nas eleições (desde que desvinculados do partido político) e o direito de greve, a vedação ao direito de reunião e associação promoveu a desorganização do partido e de sindicatos.

Além de restringir as atividades do partido, proibir reuniões e periódicos e fechar associações socialistas locais, durante os doze anos em que vigorou o regime de exceção, 900 pessoas foram expulsas do país e 1500 condenadas a penas de prisão (JOLL, 1976: 63). A estratégia do governo, no entanto, não residia apenas em impor mecanismos de coerção. A repressão foi combinada com a tentativa de promover a cooptação das massas trabalhadoras. Com este fim foi criada uma máquina de propaganda do governo, financiada pelo “Fundo *Guelph*”, que controlava a imprensa local (WEBER, 1974: 76). Ademais, desde o início da década de 1880, Bismarck levou a cabo um programa de legislação social que incluía a criação de um sistema de seguridade social – com leis de seguro à saúde (1883), seguro por acidentes de trabalho (1884) e seguro por invalidez e velhice aos maiores de 60anos (1889) – e a regulação das condições de trabalho.

Por conseguinte, a concessão de benefícios sociais a partir de fundos públicos ou de fundos privados compulsórios foi utilizada como instrumento político para atrair os grupos reformistas ligados ao movimento operário. Weber chamara a atenção para a estratégia política do governo imperial que buscava conciliar paternalismo e política repressiva:

Ser convertida em demagogia (e péssima demagogia, diga-se) foi também o destino da legislação de beneficência social imperial nas mãos de Bismarck, por mais valiosa que se possa considerar essa legislação em si mesma. Bismarck rejeitava a legislação trabalhista protetora, a qual, afinal de contas era indispensável à preservação dos recursos populacionais da nação. Rejeitava-a acusando-a, em parte com argumentos incrivelmente superficiais, de interferir nos direitos do patrão. Pela mesma razão, Bismarck utilizou-se das disposições da legislação anti-socialista para fazer a polícia destruir os sindicatos, os únicos possíveis portadores de uma representação realista de interesses da classe operária. Assim, compeliu os membros sindicais ao mais extremo radicalismo de pura política partidária (WEBER, 1974: 19).

Até a morte de Guilherme I, em 1888, o governo não renunciou à política de “contensão socialista”. No mês de abril de 1886, o Ministro do Interior, Robert von Puttkammer, elaborou um decreto proibindo as greves e tornando os social-democratas responsáveis de antemão por sua deflagração. Em julho do mesmo ano, o tribunal de Freiberg (na Saxônia) condenou a penas de prisão, sob o pretexto de reconstrução de ligas proibidas, nove líderes social-democratas, dentre eles Bebel e Vollmar¹⁸.

¹⁷ Nos seis primeiros meses em que vigorou a lei de exceção, 127 publicações periódicas e 287 não-periódicas foram censuradas. Nos dez anos seguintes estes números chegaram a 150 e 1.200, respectivamente (DROZ, 1974: 25).

¹⁸ Somente de agosto a janeiro de 1889, 237 pessoas foram levadas ao tribunal (DROZ, 1974: 29).

Ao assumir o império, Frederico III, cedeu às pressões das forças progressistas, demitindo von Puttkamer e adotando medidas mais liberais – como a anistia a presos políticos social-democratas –, prontamente rejeitadas por Bismarck. A sua morte, apenas três meses depois de assumir o poder, impediu a implementação de tais medidas, que seriam novamente aventadas no início do governo de Guilherme II.

Pressionado pelo progressivo avanço do movimento social-democrata, que em 1890 conseguiu obter 20% do total de votos, Guilherme II, que ascendeu ao trono em 1889, passou a adotar uma postura mais progressista, ensaiando uma maior aproximação com o movimento operário através da ampliação da legislação social. Assim, em 1890 anunciou seu apoio à greve dos mineiros no Ruhr¹⁹ e sua intenção de estender o seguro social e a regulação das condições de trabalho, fato que contribuiu para seu rompimento com Bismarck.

Ainda em 1890, Guilherme II inaugurou o “novo curso” de sua política através da instituição de uma lei responsável pela criação de Tribunais do Trabalho, órgãos destinados a mediar conflitos trabalhistas, que contariam com representantes de trabalhadores e empregadores. Em 1891 redigiu uma lei que determinava a abolição do trabalho aos domingos, limitava o trabalho infantil e feminino, proibia o pagamento em espécie, impunha regras ao trabalho insalubre, limitava o poder dos empregadores quanto à imposição de multas aos empregados e sugeria o estabelecimento de conselhos de trabalhadores ou comitês de fábricas para ajudar a definir medidas de trabalho juntamente com os inspetores governamentais.

Além destas medidas, o Imperador defendeu a implementação de um programa de proteção ao trabalho a ser adotado por todos os países da Europa, por intermédio de uma “Conferência Internacional sobre Problemas do Trabalho”, com o intuito de estabelecer medidas comuns em todos os países, e assim evitar uma competição desigual no âmbito do mercado. Por fim, Guilherme II rejeitou os apelos de Bismarck que bradava pela renovação das leis anti-socialistas com novas e mais duras penas. Como os partidos conservadores não aprovaram a versão mais branda das leis anti-socialistas, apresentadas pelo Imperador, estas leis não conseguiram ser aprovadas pelo *Reichstag*, tendo sido finalmente revogadas.

Durante os anos em que permaneceu na ilegalidade, ou seja, de 1878 a 1890, o Partido Socialista dos Trabalhadores Alemães assumiu a continuidade da luta socialista através de duas frentes: o trabalho na clandestinidade e a atuação dentro da lei, através da eleição de seus representantes para o *Reichstag* e, em alguns Estados, para o *Landtag*.

A estrutura do partido baseava-se fundamentalmente na ação dos “homens de confiança” (*Vertrauensmänner*), designados pelos membros do partido de cada localidade para que lhes representassem diante do organismo central²⁰. Tentativas foram realizadas no sentido de organizar congressos secretos que contariam com os líderes do partido,

¹⁹ A greve dos mineiros no Ruhr reuniu mais de 120.000 trabalhadores (RODES, 1964: 407-449).

²⁰ Neste sistema a direção encontrava-se altamente centralizada, cabendo aos homens de confiança repassarem as decisões do órgão central para os grupos locais.

os parlamentares social-democratas e os representantes municipais ou provinciais – como ocorreu, por exemplo, em Wyden (1880), Copenhague (1883) e St. Gall (1887) – mas não obtiveram sucesso em reunir grande número de pessoas.

Deste modo, enquanto suas atividades foram cerceadas pela legislação anti-socialista de Bismarck, os social-democratas dedicaram-se a prosseguir em seu trabalho de organização, administração e propaganda, empenhando-se na mobilização de novos militantes e na utilização do Parlamento como uma instância de discussão e palco para manifestação de sua total oposição ao governo.

Por força da lei de exceção foram criados ainda inúmeros clubes e associações esportivas e recreativas, com vistas a burlar a censura e a reagrupar o movimento. Eram celebradas reuniões fora do país e contrabandeados um grande volume de publicações socialistas – como o jornal “*Der Sozialdemokrat*”, impresso em Zurique e editado por Georg von Vollmar. O clima de repressão e a insatisfação em relação ao governo contribuíram para ampliar a base popular do partido²¹ e a radicalizar o movimento. No Congresso de Wyden (1880) foi retirado do programa do partido o termo “legais” da cláusula que dispunha que a ação da organização se daria “por todos os meios legais”. Em Copenhague (1883), o partido declarou-se “revolucionário”, sem ilusões quanto à realização dos seus objetivos pela via parlamentar.

Além de levar o partido a recorrer a meios ilegais para garantir sua sobrevivência, o acirramento da repressão fez aumentar a desconfiança do movimento operário em relação ao governo. Deste modo, várias correntes do partido que ainda sustentavam a política conciliatória de Lassalle passaram a abraçar a idéia da luta de classes. Por conseguinte, este período de aperfeiçoamento da luta clandestina deu ensejo à reestruturação do movimento, à revisão de seus princípios e ao reforço da identidade de classe. Relembrando o período de ilegalidade, Liebknecht escreveu:

A Alemanha é um despotismo com um falso constitucionalismo. Existe a ditadura do capitalismo representado pelo junkerismo, militarismo e polícia. Todas as organizações independentes dos trabalhadores foram proibidas – nós não tínhamos movimento operário antes do moderno movimento socialista, e a ausência de liberdade política nos forçou à luta política pela sobrevivência (LIEBKNECHT, 2005).

O processo de radicalização do partido e o afloramento da crítica às instituições políticas do *Reich* propiciaram o redimensionamento da tática parlamentar, ora vista como instrumento inútil à causa proletária – como para o grupo de Johann Most e Wilhelm Hasselmann –, ora concebida como um entre outros instrumentos para a organização, agitação e propaganda, capaz de demonstrar o fervor revolucionário das massas.

A expulsão dos grupos anarquistas no Congresso de Wyden, em 1880, fortaleceu o impulso em direção à reformulação da base teórica e prática da social-democracia sob a influência das idéias marxistas. Este processo de redefinição teórica contou com a inten-

²¹ Os incríveis êxitos eleitorais conquistados ainda durante o período de intensa repressão demonstraram a força de sua organização e a disciplina de seus membros.

sa participação de Engels, que exerceu um papel fundamental na divulgação e atualização da teoria, sobretudo após a morte de Marx. A popularização de textos como o “Anti-Dühring” (1878) – ou de sua versão condensada, intitulada “Do socialismo utópico ao socialismo científico” – facilitaram a recepção e apropriação do marxismo pela social-democracia.

Assim, o final do século XIX foi marcado pela expansão e progressiva hegemonia do marxismo no interior do movimento operário europeu, destacando-se a influência exercida pela social-democracia alemã na difusão da teoria marxista e sua significativa conversão em paradigma organizativo para os demais partidos social-democratas criados. Deste modo, os partidos socialistas fundados entre 1884 e 1892 adotaram os princípios da ação política e da autonomia, concebendo a organização dos trabalhadores como o ponto de partida para a conquista do poder político pelo proletariado – uma classe social que tem como missão histórica libertar não só a si mesma, mas também a toda a humanidade. Tendo em vista a reorientação política do partido, o Congresso de Halle (1890) aprovou uma moção pela criação de um novo programa para o partido, que doravante passa a ser chamado de Partido Social-Democrata da Alemanha (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*).

O congresso seguinte, realizado em Erfurt (1891), portanto, introduziu mudanças não somente no tocante aos princípios adotados, mas também quanto à forma de organização. Se durante a ilegalidade era impossível reunir uma assembleia efetivamente representativa do partido, ou estabelecer um sistema de seções que pertencessem a um organismo central – elegendo-se, então, homens de confiança para estarem em contato com os pequenos grupos de membros locais –, após a supressão da lei de exceção a estrutura básica do partido sofreu alterações. Assim, foi instituído um Congresso nacional de delegados eleitos em cada circunscrição eleitoral, dentro das mesmas condições que os homens de confiança; um Diretório partidário (*Parteivorstand*) composto de militantes eleitos pela Assembleia; uma Comissão de controle, igualmente nomeada pelo Congresso para examinar as contas do partido, composta por nove membros; e um jornal, o *Vorwärts*. Na base encontrava-se a união social-democrata de cada circunscrição, dividida eventualmente em grupos locais; e acima dela estavam as federações nacionais ou do Estado, cada uma com um Congresso e um Secretariado (DROZ, 1974: 33).

Conforme a legislação se tornava progressivamente menos opressiva, ao longo das décadas seguintes – principalmente com a mudança na lei proibitiva de associações, em maio de 1908 –, o Partido Social-Democrata foi convertendo-se em uma organização como as demais, sendo permitida, inclusive, a admissão de mulheres. Contudo, a legalização do partido, em 1890, trouxe à luz novas e antigas questões, reanimando velhos conflitos e impondo novos desafios ao movimento social-democrata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o final do século XIX e o início do século XX testemunharam o ápice organizacional da social-democracia, evidenciado por seu indiscutível sucesso eleitoral, sua estratégia pragmática de unificação continuou a produzir contradições internas ao partido que ganharam corpo nas diferentes correntes políticas em disputa. A constituição de um partido com identidade de classe, independente e autônomo, não impediu o ingresso de elementos sociais conservadores e anti-revolucionários, avessos aos princípios socialistas e presos à tática reformista.

Desta forma, a partir da análise do percurso traçado historicamente pela social-democracia alemã é possível averiguar que a participação eleitoral conduziu à reorientação teórica e prática do partido e à adoção de um “radicalismo passivo”²², que enxergava a revolução como uma medida “meramente defensiva, destinada a salvaguardar o exercício do poder legitimamente adquirido pelo voto”, tal como previsto por seus principais líderes (BEBEL apud PRZEWORSKI, 1989: 22). Embora houvesse ainda muitos obstáculos a serem removidos para que os socialistas conquistassem a hegemonia política na Alemanha, o sucesso do movimento social-democrata alemão, atingido pela via pacífica e eleitoral, era visto como certo e inexorável.

O crescimento dos partidos de massa social-democratas, seu êxito parlamentar e sua ênfase nas reformas sociais fizeram com que uma grande parte dos líderes do partido entendesse seu trabalho em termos de consecução de vantagens imediatas para a classe trabalhadora, perdendo de vista a perspectiva de uma decisiva batalha final. Neste sentido “a evolução em direção ao reformismo” não mais estaria ligada à política social do *Reich* – como anteviam os lassalleanos –, mas às novas possibilidades que seriam proporcionadas aos socialistas nas eleições. A partir de então, inicia-se um distanciamento entre as duas correntes da social-democracia: a revolucionária e a reformista, ambas representadas no novo programa do partido, aprovado em 1891, que veio a substituir o Programa de Gotha – o Programa de Erfurt.

Como foi visto, portanto, o fracionamento do movimento socialista alemão em inúmeras correntes rivais remonta ao período de sua própria formação. Embora tais correntes tenham se unido de forma estratégica em momentos de maior repressão, as ambigüidades internas da social-democracia alemã e a luta ideológica travada em seu cerne nunca se dissiparam, levando à sua fragmentação definitiva na ocasião da deflagração da Primeira Guerra Mundial.

BIBLIOGRAFIA

- BAKUNIN, Mikhail. *Estatismo e anarquia*. São Paulo: Editora Imaginário, 2003.
- COLE, George Douglas Howard. *Historia del pensamiento socialista: la segunda internacional: 1889- 1914*. México: Fondo de Cultura Economica, v.1, 1959.

²² Expressão de Pannekoek.

- DROZ, Jacques. *Histoire générale du socialisme* - tomo II. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.
- ENGELS, Friedrich. "Friedrich Engels: Política". In: PAULO NETTO, José (org). *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. n. 17. São Paulo: Ática, 1981.
- _____. "The Prussian military question and the German Worker's Party (1862)". Marx's and Engel's Archives. [online]. Acesso em abr. 2005. <<http://www.marxists.org>>.
- GARCIA, J. Abellan. "Prefácio". In: LASSALLE, Ferdinand. *Manifesto operário e outros textos*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.
- GAY, Peter. *The dilemma of democratic socialism*. New York: Columbia University Press, 1970.
- GUÉRIN, Daniel; et al. *O anarquismo e a democracia burguesa*. São Paulo: Editora Global, 1980.
- HOBBSAWM. "Aspectos políticos de transição do capitalismo ao socialismo". In: *História do marxismo I: o marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *A era dos impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- JOLL, James. *La Segunda Internacional. Movimiento obrero 1889-1914*. Barcelona: Icaria, 1976.
- LASSALLE, Ferdinand. *Manifesto operário e outros textos*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.
- LIEBKNECHT, W. "Entrevista à revista "Justice" em 25/3/1899". *Liebknecht's Archives*. [online]. Acesso em jun. 2005. <<http://www.marxists.org>>.
- LOUREIRO. *A Revolução Alemã, 1918 - 1923*. São Paulo: UNESP, 2005.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, v. 1, 1980a.
- _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, v.2, 1980b.
- _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, v.3, 1980c.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; HESS, Moses. *De la "liga de los justos" al partido comunista*. México: Roca, 1973.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, Vladimir. *Crítica do Programa de Gotha, Crítica do Programa de Erfurt e Marxismo e Revisonismo*. Porto: Portucalense, 1971.
- MAYER, Arno J. *A força da tradição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. São Paulo: Senzala, [196-].
- MOORE Jr., Barrington. *As origens da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RIAZANOV, David. *Marx - Engels e a história do movimento operário*. São Paulo: Global, 1984.
- RODES, John E. *Germany: a history*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1964.

- SANTOS, Ariovaldo. *Marx, Engels e a luta de partido na Primeira Internacional (1864-1874)*. Londrina: UEL, 2002.
- WEBER, Max. "Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída: uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária". In: *Coleção Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

Recebido em 30 de julho de 2007
Aprovado para publicação em 11 de fevereiro de 2008